

## O "CURRENCY BOARD OU REAL II"

Cheque mate ao Rei !! Já estávamos num regime amenizado de "currency board" virtual pois a permissão do uso de cartão de crédito propiciava, via moeda eletrônica a conversibilidade total. Por outro lado a lei 9.069/95, que estabeleceu o Plano Real da mesma forma esboçava as premissas e as características maiores do sistema de "currency board" pois dispunha textualmente em seu art.3º que: "O Banco Central do Brasil emitirá REAL mediante prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente...as reservas ...para composição do lastro para emissão do Real, são ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América...a paridade a ser obedecida, para fins de equivalência...será um dólar dos EUA para cada Real emitido...(ipsis litteris).

Não é acaso o coro que ecoa de Davos à Buenos Aires recomendando a adoção desta alternativa (Cavallo, Dornbusch, Fischer, Paul Volcker e Menen) pois na realidade para passar do estágio I, para o estágio II, basta tão somente retirar o poder de circulação forçada da moeda nacional dando plena conversibilidade ao dólar, retirando concomitantemente, a monitoração do Banco Central sobre o meio circulante, que conforme a lei supra citada, já deve estar em relação diretamente proporcional com as divisas em seu poder que atuarão como lastro. O regime não mais seria um privilégio da classe dos possuidores de cartão de crédito mas estender-se-ia para o "universo inteiro da patulêia de comedores de frango" a fim de garantir a continuidade do espetáculo "*frangus et circens*".

Outro detalhe é que o governo, apesar de ainda ser uma delegação local, transferir-se-ia definitivamente para o exterior, juntamente com a competência de eleição do valor do câmbio, pois é sabido que a escolha da política cambial, seja, o nível maior ou menor da cotação do câmbio, pode ter o condão de dedetizar, ou a contrário sensu, otimizar, suprimindo ou alavancando, na relação direta com os índices de exportação/importação setores inteiros da economia.

A continuidade do Plano Real "*Currency Board I*", mitigado, seria a sua transformação no cenário II pois através do "*Currency Board Real II*" assegurar-se-ia a manutenção da identidade de concepção daquele, sem solução de continuidade, através de seu *upgrade*, conectando-o ainda ao cenário argentino.

O ensaio improvisado e alternativo do "Cambio Livre", do ex-Chico Lopes, rompe a lógica da sequência de cenas pois se a liquidação do empresariado tupiniquim já estava sendo feita com a arma do câmbio sobrevalorizado, agora conforme opções do sistema e recomendações do FMI, pode perseverar com a arma do aumento dos juros. No entanto, em face da disparidade cambial, que pretende-se seja ótima no nível de 1,60 (quando escrevi o dólar estava cotado a 1,91) o objetivo principal que é a instalação do capital internacional globalizado, em razão da desconexão das atmosferas nacional e internacional (diferenças de cotações cambiais e juros), fica insustentável para a racionalização da chamada "competitividade" pois a setorialização da produção globalizada disseminada pelo espaço internacional, uma de suas vantagens, com o seccionamento de sua extensão, volta-se contra si própria em razão da não nacionalização dos componentes dos bens de alto valor agregado, tornando inviável sua comercialização em razão do encarecimento de sua importação.

O sistema do "currency board" (moeda tábua de salvação) com plena conversibilidade, já foi implantado em 1991 na Argentina, em 1992 na Estônia, em 1994 na Lituânia e em 1997 na Bulgária, estando em vigência igualmente em Hong Kong.

Sua implantação marca indelévelmente, no espaço geopolítico, a transformação da dependência dos países emergentes em satélites americanos. Para o FED (Banco Central Americano) sua implantação na América Latina seria a antecipação da ALCA e também a garantia que evita o retorno da emissão inflacionária de trilhões de dólares exportados ao longo de dezenas de anos, que retidos em razão da implantação da sua conversibilidade extraterritorial evitariam o desastre do efeito boomerang. Ao mesmo tempo eliminaria a concorrência do Euro e do Yen.

Como processo de ruptura com o aprofundamento e a continuidade deste cenário oferecem-se, numa graduação ascendente de nacionalismo, soberania econômica e política, os cenários da centralização cambial e da moratória. Por trás de ambos modelos alternativos pontificam as possibilidades de manutenção da governabilidade local através, aí sim, "de muito suor, sangue e lágrimas", em que preservar-se-iam, além da manutenção do governo local com sede no Brasil, que não seria transferido para o exterior como vem gradativamente sendo feito, o pacto federativo e a união nacional, através da implementação das propostas dos governadores, Itamar, Olívio, Garotinho e Lessa; pela obtenção de superávits cambiais nas exportações; pela extinção da conta vermelha nas transações correntes; pela sobrevivência dos empresários e trabalhadores nacionais; pela extinção dos juros escorchantes; pelo salvamento da atividade primária; pela preservação dos direitos trabalhistas dos celetistas e estatutários; pela respeito aos contribuintes e aos cidadãos e pela restauração da Constituição e do Poder do Povo Soberano.

Uma coisa é certa: O regime de indefinição de "Cambio Livre conforme as leis do mercado" não é a alternativa eclética, que soluciona o maniqueísmo das opções, depurando-as e superando-as pela retirada de seus males e a coleção unicamente de suas vantagens. É na realidade a contemporização que possibilitará a perda dos parques recursos em divisas que garantiriam uma autonomia de decisão e um resto de governabilidade para a retirada em ordem.

A fim de suplantar esta possibilidade e atravessar o Rubicão implantando o internacionalismo da "Paz Perpétua de Emmanuel Kant" o stablishment já isolou o aparelho imunológico do sistema, prevenindo qualquer recidiva de infecção tenentista, através da extinção da isonomia entre funcionários civis e militares. Testou resistências quando trocou a virtualidade da bomba atômica pela virtualidade de uma cadeira inexistente no Conselho de Segurança da Onu. Restando inerte o tradicional e propalado "Poder Moderador Histórico do Grande Dragão Verde-Oliva", fez mais, decepou-lhe suas três cabeças, colocando-lhe em troca, uma civil.

Foi mais longe: A fim de liquidar com a resistência interna delatou perante os bancos internacionais os governos estaduais de Minas, Rio Grande e Alagoas, caracterizando-os como inadimplentes. Fez mais: asfixiou suas governabilidades através da retenção dos repasses federais.

Resta só numa reconversão espetacular de marketing "a la" Goebbels transformar Calabares em Tiradentes construindo, aliados a Usura, o cadafalso para o esquartejamento da Pátria. As conotações do *affair* na indicação do novo titular do Banco Central confirmam a tese. Neste dia ainda teremos o hino e a bandeira para os dias de futebol pois a moeda será um papel "só para inglês ver".

## Sérgio Borja, 49

Professor de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e Ciência Política na Faculdade de Direito da PUC/RS; Professor de Instituições de Direito Privado e Comercial na Faculdade de Direito da UFRGS

tel/fax: (051) 2232610 cel: 051 980 37 06

e-mail: borja@pro.via-rs.com.br

**PUBLICADO NO JORNAL O FAROL DO RIO DE JANEIRO E NO RS**